

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 14052.003737/92-84
Recurso nº : 11.961
Matéria : IRPF - EX.: 1988
Recorrente : WILSON ANTÔNIO DE ANDRADE
Recorrida : DRJ em BRASÍLIA - DF
Sessão de : 10 DE DEZEMBRO DE 1997
Acórdão nº : 106-09.651

IRPF (EX. 88) - CÉDULA "H" - RENDIMENTOS - OMISSÃO - LUCRO IMOBILIÁRIO - Classifica-se na cédula "H" como representativo de rendimentos omitidos, o valor do lucro imobiliário auferido pela pessoa física em decorrência de alienação de imóveis efetuada no ano-base e não oferecido espontaneamente à tributação.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por WILSON ANTÔNIO DE ANDRADE.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

MÁRIO ALBERTINO NUNES
RELATOR

FORMALIZADO EM: 09 JAN 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, GENÉSIO DESCHAMPS, HENRIQUE ORLANDO MARCONI, ANA MARIA RIBEIRO DOS REIS, ROMEU BUENO DE CAMARGO e ADONIAS DOS REIS SANTIAGO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 14052.003737/92-84
Acórdão nº. : 106-09.651
Recurso nº. : 11.961
Recorrente : WILSON ANTÔNIO DE ANDRADE

R E L A T Ó R I O

1. WILSON ANTÔNIO DE ANDRADE, já qualificado, recorre da decisão da DRJ em Brasília - DF , de que foi cientificado em data ignorada, através de recurso protocolado em 22.07.96 (fls. 55).

2. Contra o contribuinte foi emitida *NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO* (fls. 1), na área do Imposto de Renda - Pessoa Física, relativa ao Exercício 1988, Ano-Base 1987 , por: *OMISSÃO DE LUCRO IMOBILIÁRIO*, apurado conforme DALI (fls. 6).

2A. A ciência do lançamento foi dada em 27.08.92 (fls. 3), tendo a Declaração IRPF/88 sido apresentada em 28.04.88 (fls. 15).

3. Inconformado, apresenta *IMPUGNAÇÃO* (fls. 24 e sgs.), rebatendo o lançamento com os seguintes argumentos, que destaco, por refletirem a tese esposada pelo impugnante:

a) que adquiriu o imóvel e nele teria feito benfeitorias, que descreve, indicando os gastos em que teria incorrido;

b) não junta qualquer documento que dê suporte a tais argumentos;

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 14052.003737/92-84
Acórdão nº. : 106-09.651

c) que os mesmos argumentos estariam caracterizados "pela sua contabilidade", oferecendo à autoridade julgadora a oportunidade de mandar realizar diligência, se assim reconhecer.

4. Através de *INFORMAÇÃO FISCAL* (fls. 40), a Fiscalização faz apreciação da impugnação, para concluir que o contribuinte não apresentou qualquer prova das alegadas benfeitorias.

5. A *DECISÃO RECORRIDA* (fls. 43 e sgs.), mantém integralmente o feito, fazendo extenso relato da erudita impugnação e acatando os argumentos da Fiscalização, sendo de destacar os seguintes pontos que levaram a digna Autoridade "a quo" àquela conclusão:

- a) que o contribuinte não apresenta prova dos gastos com benfeitorias;
- b) que, sequer, demonstra ter obtido licença dos órgãos de controle, como seria o caso do IBAMA, para o corte de 206 árvores;
- c) que não vê motivo para diligência ou perícia, pois se o contribuinte alega ter provas que o favoreceriam, a ele caberia apresentá-las.

6. Regularmente cientificado da decisão, o contribuinte dela recorre, conforme *RAZÕES DO RECURSO* (fls. 56), onde se limita a remeter o julgador para as suas alegações na Impugnação, conforme leitura que faço em Sessão.

7. Manifesta-se a douta PGFN, em Contra-razões, às fls. 63, propondo a manutenção da decisão recorrida, por entender inexistirem razões que levem à sua reforma, conforme leitura que, também, faço em Sessão.

É o Relatório.

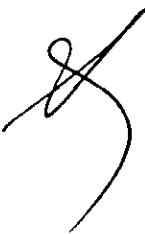
MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 14052.003737/92-84
Acórdão nº. : 106-09.651

V O T O

Conselheiro MÁRIO ALBERTINO NUNES, Relator

1. O recurso é tempestivo, dado não ser possível estabelecer o termo inicial de contagem do prazo estabelecido no art. 33 do Decreto nº 70.235/72, e a parte está legalmente representada, preenchendo, assim, o requisito de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.
2. Como relatado, permanece a discussão, perante esta instância, relativamente a exigência de imposto sobre lucro imobiliário.
3. A apuração da base de cálculo (DALI) foi feita, pela Fiscalização, dentro do melhor rigor técnico, observando as disposições legais e regulamentares pertinentes e considerando os dados e documentos conhecidos.
4. A insurgência do contribuinte se refere à não contabilização de gastos com benfeitorias que alega ter realizado, mas que não foi capaz de comprovar.
5. Alegar sem provar é o mesmo que não alegar é a lição que nos chega desde o Direito Romano.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

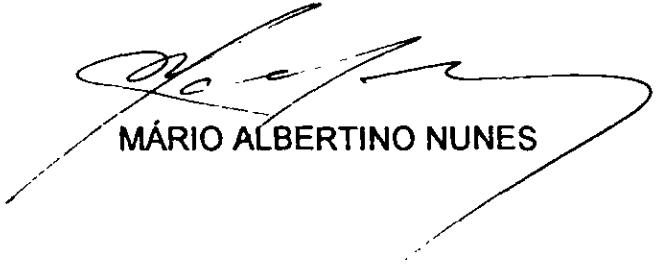
Processo nº. : 14052.003737/92-84
Acórdão nº. : 106-09.651

6. Não tendo o contribuinte produzido qualquer prova que se preste a modificar o cálculo do imposto, não há como modificar o lançamento, sendo certo que só a ele - contribuinte - caberia apresentar tais provas, se, de fato, existirem.

7. Entendo, portanto, deva ser mantida a r. decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

Por todo o exposto e por tudo mais que do processo consta, conheço do recurso, por tempestivo e apresentado na forma da Lei, e, no mérito, *nego-lhe provimento*.

Sala das Sessões - DF, em 10 de dezembro de 1997


MÁRIO ALBERTINO NUNES